

**Nº 03 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 01 de Fevereiro
de 2010. -----**

Ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano dois mil e dez, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sra. Dr.^a Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, Sr. Dr. José Fernando Carvalho Montanha, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram quinze horas e dez minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e sete de Janeiro do corrente ano. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

O Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo Municipal sobre os seguintes assuntos relacionados com a Actividade Municipal: -----

Realização da Assembleia da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o Executivo Camarário que, no pretérito dia 20 de Janeiro do corrente ano, se realizou, em Mirandela, a Assembleia da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes tendo como principais assuntos a eleição dos membros da mesa e a aprovação do Plano e Orçamento para 2010. -----

Assembleia Geral do "Eixo Atlântico" - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o Executivo Camarário que, no pretérito dia 23 de Janeiro do corrente ano, se realizou, em Chaves, a assembleia geral do "Eixo Atlântico", tendo como principal assunto a aprovação do projecto de transformação da actual Associação para Agrupamento - AECT - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial -, bem como a mudança da presidência, actualmente portuguesa, para a Galiza. -----

Feira de "Sabores e Saberes" - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o Executivo Camarário que a Feira "Sabores e Sabores", realizada no passado fim de semana, obteve junto do público uma grande adesão, vindo tal iniciativa a afirmar-se, ano após ano, como um evento de grande qualidade. -----

II - ALTERAÇÃO DA DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO. -----

Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara propôs ao Executivo Municipal a alteração da data de realização da próxima reunião ordinária pública, passando a mesma a ser realizada no dia 11 de Fevereiro, pelas 15h e 00m, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. --

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta em causa. Proceda-se à sua divulgação nos termos da Lei. -----

III - OFICIO REFERENCIA 33/2010, DA EMPRESA MUNICIPAL GEATÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICIPIO DE CHAVES, EEM, REFERENTE AO ASSUNTO: PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS. -----

Foi presente, para conhecimento, o ofício supra identificado e respectivo Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, remetido pela Empresa Municipal Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EEM,. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

IV - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO. INFORMAÇÃO DA DGFE. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

V - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLuíDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados: -----

1. ALTERAÇÃO DA DURAÇÃO DO CONTRATO PARA A "CONCESSÃO, EM REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO, DA REDE DE TRANSPORTES COLECTIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS, NA ÁREA DA SEDE DO CONCELHO DE CHAVES".- ADJUDICATÁRIO: AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA LDA. DESPACHO N.º.4/GAPV/10. PARA RATIFICAÇÃO--

2. PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO "CONJUNTO COMERCIAL CHAVESHOPPING" - A. SANTO - EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E TURÍSTICOS, SA - SITO NA FONTE DO LEITE - FREGUESIA DE VALDANTA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/01/29

3. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA DE LOCALIZAÇÃO CHAVESHOPPING - A. SANTO - EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E TURÍSTICOS, SA - SITO NA FONTE DO LEITE - FREGUESIA DE VALDANTA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/01/29 -----

4. REMODELAÇÃO DE ESTABELECIMENTO HOTELEIRO "PENSÃO PRIMAVERA" - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA - VICENCIA ROSA BRANCO RODRIGUES - SITO NA ALAMEDA TEIXEIRA DE SOUSA N.º 1 - FREGUESIA DE VIDAGO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/01/29 -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução dos referidos assuntos. -----

I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ACTAS:

1.1. Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 18 de Janeiro de 2010. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CHAVES VIVA. OFICIO REF^a 191/TSAC/SA DE 2010.01.12. PARA RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente o ofício identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

"Exmo. Senhor -----

Presidente d Câmara Municipal de Chaves -----

Dr. João Batista -----

Praça de Camões -----

5400 Chaves -----

Assunto: Apresentação de proposta de constituição dos órgãos sociais da Chaves Viva -----

Nos termos do artigo 16º n.º. 1 dos Estatutos da Chaves Viva a duração do mandato dos órgãos da Associação é de quatro anos, podendo os mesmos ser reeleitos. Serve o presente para apresentar uma proposta de constituição dos Órgãos Sociais da Associação Chaves Viva, para o quadriénio de 2010-2013, nos termos n.º único do artigo 10º doa Estatutos da Associação Chaves Viva, para a mesma ser sancionada pelo Município de Chaves. -----

Em anexo segue proposta, contendo o nome dos associados a eleger, conforme os cargos, para a mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal. -----

Com os melhores cumprimentos -----

O Presidente da Direcção -----

(Dr. António Alves Ramos) -----

PROPOSTA PARA A ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO CHAVES VIVA 2010-2013 -----
ASSEMBLEIA GERAL -----

PRESIDENTE -----
 GRUPO CULTURAL AQUAE FLAVIAE -----
 (MARIA ISABEL FERNANDES VIÇOSO DE SOUSA FERNANDES) -----
 VICE-PRESIDENTE -----
 JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR -----
 (ROSA DE LURDES FONSECA LOURO) -----
 SECRETARIO -----
 CENTRO CULTURAL, SOCIAL E DESPORTIVO DE VILARELHO DA RAIA -----
 (ALMIRA BRANCO BATISTA SANCHES) -----
 DIRECÇÃO -----
 PRESIDENTE -----
 MUNICIPIO DE CHAVES -----
 (ANTONIO MANUEL ALVES RAMOS) -----
 VOGAL -----
 TEATRO EXPERIMENTAL FLAVIENSE -----
 (RUFINO AUGUSTO MARTINS) -----
 VOGAL -----
 GRUPO DE DANÇAS E CANTARES REGIONAIS DE SANTO ESTEVÃO -----
 (MARIA ANTÓNIA DA COSTA CHAVES ESTEVES) -----

COM BASE NO N.º. 2 DO ARTIGO 11º DOS ESTATUTOS DA CHAVES VIVA -
 ASSOCIAÇÃO PROMOTORA PARA O ENSINO E DIVULGAÇÃO DAS ARTES E OFÍCIOS
 DA REGIÃO FLAVIENSE FORAM CONVIDADOS, COMO MEMBROS COOPTADOS, MAS
 SEM DIREITO A VOTO: -----

GRUPO TRAIANO - GRUPO DE CANTARES TRADICIONAIS POPULARES -----
 (ISAURA DAS DORES GOMES DE SOUSA) -----
 ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA "À VOLATA DO POTE" -----
 (JOSÉ MACIEL RUA DUQUE) -----
 CONSELHO FISCAL -----
 PRESIDENTE -----
 CORAL DE CHAVES -----
 (MARIA FLORINDA FONTOURA CARNEIRO) -----
 RELATOR -----
 CASA DA CULTURA DE VIDAGO - A NOVA GERAÇÃO -----
 (PAULO JOSE MENDES LOPES) -----
 SECRETÁRIO -----
 GRUPO ENTONGRAFICO DE BUSTELO -----
 (JOAQUIM MANUEL DA SILVA MOURA) -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL, DR. JOÃO BATISTA
 DE 2010-01-18.** -----

Concordo com o teor da presente proposta. À reunião de câmara para
 ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,
 ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, praticado em
 2010.01.18. -----

**2.2. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA COM VISTA A APOIAR A
 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO EM TIMOR-LESTE.
 PROPOSTA N.º 07/GAPV/10** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se
 transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Da Exposição de Motivos -----

1.1. Considerando que a cooperação externa e internacional,
 constitui, desde há muito, apanágio da ANMP - Associação Nacional
 dos Municípios Portugueses e dos Municípios Portugueses; -----

1.2. Considerando que, as relações ancestrais existentes entre os territórios dos diversos países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como as afinidades linguísticas e culturais existentes, instigaram os municípios portugueses a aderirem ao processo de institucionalização do Poder Local Democrático em Timor-Leste; -----

1.3. Considerando que, na sequência do atrás exposto, foi deliberado, no XVIII Congresso da ANMP, apoiar a instalação, monitorização e operacionalização dos órgãos do Poder Local Democrático, apostando na formação de funcionários e dirigentes locais de Timor-Leste, e ainda a consecução de projectos-piloto de construção/reabilitação de infra-estruturas; -----

1.4. Considerando que, como consequência da supra mencionada deliberação, foi celebrado um acordo de cooperação conjunto, entre a ANMP, o Fórum das Autoridades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Fórum CPLP - e o Governo de Timor-Leste, onde se encontra plasmado o seguinte plano de acção: -----

ACÇÃO A - Instalação, monitorização e operacionalização dos órgãos do Poder Local Democrático/Formação de funcionários e dirigentes locais -----

1. Realização de dois cursos de formação dirigidos a dirigentes e funcionários administrativos das futuras autarquias: -----

Curso Dirigentes - 69.898,75 euros -----

Curso Administrativos - 90.385,75 euros -----

160.284,50 euros -----

2. Apoio à instalação das quatro primeiras Autarquias em Timor-Leste: -----

Dili - 50.000,00 euros -----

Baucau - 50.000,00 euros -----

Bobonaro - 50.000,00 euros -----

Oecusse - 50.000,00 euros -----

200.000,00 euros -----

ACÇÃO B - Reabilitação do mercado de Baucau -----

Projecto de Execução - 50.000,00 euros -----

Empreitada (1.ª fase) - 231.000,00 euros -----

281.000,00 euros -----

1.5. Considerando que, na sequência do atrás exposto, veio a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portuguesas, através do ofício com registo de entrada nos nossos serviços administrativos, sob o n.º 1179, de 25 de Janeiro do corrente ano - documento que se anexa para os devidos efeitos - solicitar a comparticipação financeira correspondente a este Município, calculada com base na sua dimensão;

1.6. Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea f), do número 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 e, nos termos das disposições combinadas previstas na alínea q), do n.º 1, do artigo 13º e do artigo 31º, da Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, o Município dispõe no feixe das suas atribuições, da competência no âmbito da cooperação externa, participar em projectos e acções de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

- a)** Atribuir uma comparticipação financeira à ANMP - Associação Nacional de Municípios Portuguesas, pelo montante de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), com vista a apoiar a Institucionalização do Poder Local Democrático em Timor-Leste; -----
- b)** Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----
- c)** Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo Camarário, dever-se-á: -----
- a. promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e/ou em Boletim Municipal; -----
- b. remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização; -----
- d)** A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 04.05.01.04.01.. -----
- Chaves, 27 de Janeiro de 2010 -----
- O Presidente da Câmara Municipal, -----
- (Dr. João Batista) -----
- DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

3. FREGUESIAS

II

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

III

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

- 1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DSC. PARA CONHECIMENTO. ---**
- Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. ---
-
- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

2. PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR LISTA DEFINITIVA INFORMAÇÃO N.º27/DED 27-01-2010 ---

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Exposição -----

No presente ano lectivo, ao Programa de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, foram apresentadas 40 candidaturas (9 renovações e 31 novas candidaturas). -----

Após a análise das referidas candidaturas, de acordo com o regulamento do Programa de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, e realizada a audiência prévia dos candidatos, a comissão de análise constituída pelas técnicas Lídia Pinto (Chefe de Divisão de Educação e Desporto), Júlia Forte (Técnica Superior da Divisão de Acção Social) e Tânia Oliveira (Técnica Superior da Divisão de Educação e Desporto), concluiu o seguinte: -----

a) Os candidatos que cumprem todas as condições de candidatura que constam do artigo 4º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior são: -----

- Renovações aptas para o ano lectivo 2009/2010 -----

	Nome do Candidato	Montante da bolsa a atribuir
1	Ana Cristina Moreira Turicas	75 €
2	Cláudia Daniela de Jesus Morgado	200 €
3	Filipa Vilabril Ramos	200 €
4	Gabriela Elisete Videira Teixeira	200 €
5	Mara Vanessa Martins Fontoura	200 €
6	Pedro Miguel dos Santos Teixeira	200 €
7	Síndia Gabriela Pereira Alves	200 €
8	Tiago Filipe da Venda Ferraz	200 €
9	Victor Manuel Martins Ferreira	200 €

- Candidatos aptos no ano lectivo 2009/2010 -----

	Nome do Candidato	Montante da bolsa
1	Sandra Maria Chaves	200 €
2	André Teixeira Lopes	200 €
3	Ana Luísa Moura Rodrigues	200 €
4	Ana Rita Pires Pereira	200 €
5	Ivone Pinheiro dos Reis	200 €
6	Ricardo Daniel Gomes Ferreira	200 €
7	Patrícia Alexandra Anes Medeiros	200 €
8	Cátia Vanessa Peixoto Moraes	200 €
9	Marília Rafaela Batista Gonçalves	200 €
10	Carina Raquel Carvalho Maia	200 €
11	Cláudia Sofia Rodrigues Matias	200 €
12	Luís Miguel Lopes Martinho	200 €
13	Vanda Raquel Correia Costa	200 €
14	Gilberto Martins Gonçalves	200 €

c) Candidatos excluídos -----

	Nome do Candidato	Motivo de exclusão
1	Tatiana Gonçalves Correia	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 4º
2	Ana Rita Faria do Rio	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 10º e da alínea e), artigo 4º
3	André Filipe Branco Feijó	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 4º
4	Bruno Filipe Cordeiro da Silva Cardoso	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 10º
5	Carina Santos Rodrigues	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 4º
6	Carlos André Marinheiro Borges	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 10º
7	Cristina Sofia Gonçalves Branca	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 10º e do ponto 1, artigo 3º
8	Evandro Machado Cunha	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 4º
9	Joana Sancas Freitas	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 4º e alínea b), artigo 10º
10	Liliana Chaves Fontes	Detêm bolsa de estudo superior
11	Liliana Cunha Moraes	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 4º
12	Maria Luísa Rua Espírito	Não cumpre o estipulado na alínea b) e

	Santo	d), artigo 4º
13	Marta Henriques da Costa	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 10º e da alínea e), artigo 4º
14	Paulo Jorge Guimarães Martins	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 4º
15	Susana Patrícia Adão do Nascimento	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 10º
16	Wilson José Rosa Penas	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 4º
17	Pedro Miguel Marçal Alves	Não cumpre o estipulado na alínea b), artigo 4º

Alínea b), artigo 4º- Terem ingressado no ensino superior com média igual ou superior a 14 valores. -----

Alínea b), Artigo 10º - Não entreguem os documentos exigidos no artigo 5º. -----

Alínea d), Artigo 4º - Não tenham transitado de ano. -----

Artigo 3º), Ponto 1 - Bolsa de estudo é uma prestação pecuniária, destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino superior por estudantes economicamente carenciados do Concelho de Chaves. -----

Considerando que os candidatos aptos reúnem as condições para a atribuição de Bolsas de Estudo no valor de 200 € (duzentos euros) ou de 75 € (setenta e cinco euros), de acordo com a localidade onde efectuam os seus estudos (Artigo 3º do aludido regulamento). -----

Considerando que de acordo com o Ponto 2, artigo 3º - O número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal de Chaves é no máximo até 20, em cada ano escolar, tendo no presente ano lectivo sido aptas 23 candidaturas; -----

Considerando que de acordo o Artigo 7º - Critérios de selecção - são consideradas, como condições preferenciais na atribuição das bolsas de estudo, o menor rendimento per capita do agregado familiar; -----

Considerando que o candidato excluído, Pedro Miguel Marçal Alves, no ano lectivo 2007/2008, apresentou a sua candidatura ao respectivo programa, tendo sido contemplado a título excepcional pelo facto de ser o único nessa condição, conforme Informação nº8/DED de 09/01/2008 presente em reunião de câmara dia 17/01/2008, uma vez que não cumpria o estipulado no artigo 4º alínea b) que refere "podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que tenham ingressado no Ensino Superior com média igual ou superior a 14 valores" e o aluno ter média de 13,8 valores; -----

Considerando que no ano lectivo 2008/2009 o referido candidato não obteve aproveitamento escolar, o que implicou a perda do direito à respectiva bolsa de estudo; -----

Considerando que no presente ano lectivo 2009/2010, apresentou nova candidatura a este programa, mas, atendendo que agora existem mais candidatos nas mesmas condições (ao abrigo da alínea b), artigo 4º), a comissão entendeu que este candidato não deverá ser contemplado com uma bolsa de estudo no presente ano lectivo, uma vez que já beneficiou da referida oportunidade. -----

II - Da Proposta -----

Atendendo ao exposto, a comissão de análise toma a liberdade de submeter à consideração de V. Ex^a. a seguinte proposta: -----

a) Que seja aprovada a lista definitiva dos 20 candidatos admitidos para a atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior: -----

- Renovações aptas para o ano lectivo 2009/2010 -----

- Ana Cristina Moreira Turicas (75 €) -----

- Cláudia Daniela de Jesus Morgado (200 €) -----
 - Filipa Vilabril Ramos (200 €) -----
 - Gabriela Elisete Videira Teixeira (200 €) -----
 - Mara Vanessa Martins Fontoura (200 €) -----
 - Pedro Miguel dos Santos Teixeira (200 €) -----
 - Sândia Gabriela Pereira Alves (200 €) -----
 - Tiago Filipe da Venda Ferraz (200 €) -----
 - Victor Manuel Martins Ferreira (200 €) -----
 - Candidatos aptos no ano lectivo 2009/2010 -----
 Sandra Maria Chaves (200 €) -----
 André Teixeira Lopes (200 €) -----
 Ana Luísa Moura Rodrigues (200 €) -----
 Ana Rita Pires Pereira (200 €) -----
 Ivone Pinheiro dos Reis (200 €) -----
 Ricardo Daniel Gomes Ferreira (200 €) -----
 Patrícia Alexandra Anes Medeiros (200 €) -----
 Cátia Vanessa Peixoto Morais (200 €) -----
 Marília Rafaela Batista Gonçalves (200 €) -----
 Carina Raquel Carvalho Maia (200 €) -----
 Cláudia Sofia Rodrigues Matias (200 €) -----
 b) Que seja aprovada a lista definitiva dos candidatos excluídos. -
 - Candidatos aptos mas excluídos ao abrigo do ponto 2, artigo 3º e
 alínea a), artigo 7º -----
 - Luís Miguel Lopes Martinho -----
 - Vanda Raquel Correia Costa -----
 - Gilberto Martins Gonçalves -----
 - Candidatos excluídos -----
 Ao abrigo da alínea b), artigo 4º: -----
 - André Filipe Branco Feijó -----
 - Carina Santos Rodrigues -----
 - Evandro Machado Cunha -----
 - Liliana Cunha Morais -----
 - Paulo Jorge Guimarães Martins -----
 - Pedro Miguel Marçal Alves -----
 - Tatiana Gonçalves Correia -----
 - Wilson José Rosa Penas -----
 Ao abrigo da alínea b), artigo 10º e da alínea e), artigo 4º -----
 - Ana Rita Faria do Rio -----
 - Marta Henriques da Costa -----
 Ao abrigo da alínea b), artigo 10º -----
 - Bruno Filipe Cordeiro da Silva Cardoso -----
 - Carlos André Marinheiro Borges -----
 - Susana Patrícia Adão do Nascimento -----
 Ao abrigo da alínea b), artigo 10º e do ponto 1, artigo 3º -----
 - Cristina Sofia Gonçalves Branca -----
 Ao abrigo da alínea b), artigo 4º e alínea b), artigo 10º -----
 - Joana Sancas Freitas -----
 Ao abrigo da alínea b) e d), artigo 4º -----
 - Maria Luísa Rua Espírito Santo -----
 Detêm bolsa de estudo, superior ao valor atribuído -----
 - Liliana Chaves Fontes -----
 Caso a proposta mereça a concordância de V. Exª mais se sugere que a
 mesma seja remetida a reunião de Câmara para deliberação. -----
 À consideração Superior. -----
 Lídia Pinto -----
 (Chefe de Divisão) -----

Júlia Forte -----
 (Técnica Superior) -----
 Tânia Oliveira -----
 (Técnica Superior) -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SOCIO CULTURAL, DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2010.01.27 -----
 Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Presidente da Câmara. -----
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.27-----
 À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

ACÇÃO SOCIAL:

1. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º 13/ 2010-01-12 ----
 Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, e que se anexa a presente acta sob o número 2. -----
 A Técnica Superior de Serviço Social, -----
 (Dra. Maria Júlia da Cruz Forte) -----
DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2010.01.18-----
 Visto. À consideração da senhora Vereadora, Dr^a Maria de Lurdes Campos.-----
DESPACHO DA SRA. VEREADORA DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2010.01.20-----
 Visto. Concorro à reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS. SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO N.º 23/ 2010-01-20 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
 Em resultado da alteração ao Regulamento para atribuição de apoios a estratos sociais desfavorecidos, aprovada em reunião de Câmara no pretérito dia 5 de Fevereiro de 2009, e posteriormente sancionada em reunião de Assembleia Municipal, tem vindo a ser possível a atribuição de apoios económicos direccionados para a comparticipação dos encargos decorrentes da renda mensal. -----
 O inigualável mérito deste tipo de política de protecção social a estratos sociais com débil, por vezes quase limitado suporte económica, radica na intervenção preventiva e remediadora que a mesma preconiza, sem a qual, as condições sociais, habitacionais e

económicas dos vários agregados familiares ficariam seriamente comprometidas, com graves repercussões para a sobrevivência dos mesmos. Assim, após análise dos elementos que caracterizam a estrutura sócio-económica apresentada por cada um dos requerentes, conjugado com o cumprimento dos requisitos exigidos à atribuição do referido apoio, apresento a V.^a Exa., lista de candidatos admitidos Caso a presente proposta venha a merecer concordância superior, propõe-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

Os encargos assumidos pela Câmara Municipal de Chaves terão cobertura orçamental através da seguinte rubrica económica: 08080201. -----

O Técnico Superior -----

(Aureliano Moraes) -----

Requerente	Valor da comparticipação	Início do apoio	Fim do apoio ²
Ana Paula Mourão de Sousa Pereira	90,00€/mês	01-02-2010	31-07-2010
Rosa Maria Dias Guedes Silva	66,00€/mês	01-02-2010	30-01-2011

A requerente Ana Paula, posicionada no anterior processo em lugar de suplente, passa pelas condições de saúde evidenciadas, a efectiva.

¹Sempre que a Câmara Municipal considere justificável poderá haver suspensão do subsídio antes do fim do período de concessão. -----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2010.01.22-----

Visto. À consideração da senhora Vereadora, Dr^a Maria de Lurdes Campos.-----

DESPACHO DA SRA. VEREADORA RESPOSABEL PELA RESPECTIVA AREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2010.01.27 ---

Visto. Concorde. À reunião de câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

2.1. PEDIDO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO N.º 136/09 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS - SONAEOM - SERVIÇOS E COMUNICAÇÕES, S.A - SITO EM OUTEIRO JUSÃO E PEREIRA DE VEIGA - FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTEM - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA ENGENHEIRA CIVIL CONCEIÇÃO FERNANDES REI, DATADA DE 2010/01/14 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1-INTRODUÇÃO -----

A sociedade anónima, SONAECOM - SERVIÇOS E COMUNICAÇÕES, através do requerimento registado no Departamento de Planeamento e Desenvolvimento com o nº 2778/09, em 02-10-2009, solicitou a recepção provisória das obras de urbanização tituladas pelo alvará de construção nº 136/09. -----

2-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO ----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos: -----

2.1-Realização de uma vistoria técnica no dia 23 de Outubro de 2009, às infra-estruturas subterrâneas executadas em arruamentos públicos situados no lugar de Outeiro Jusão e em Pereira de Veiga, tendo em vista a recepção provisória das referidas obras. -----

2.2-Dar a conhecer à promotora e ao director técnico das obras de urbanização, a fim de a primeira integrar a comissão de vistorias. -

3-PROPOSTAS DE DECISÃO -----

Tendo em consideração o Auto de Vistoria, que se anexa à presente informação propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções: -----

3.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4/6, a Câmara Municipal **delibere deferir** o pedido de recepção provisória das obras de urbanização, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei nº 60/2007, de 4/9. -----

3.2-De acordo com o disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 555/99, **delibere reduzir o valor da caução**, referente aos trabalhos inerentes à construção de infra-estruturas subterrâneas, orçados no montante de € 17 180,00 (dezassete mil cento e oitenta euros). -----

3.3-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no artigo 54º do diploma legal supra referido, dever-se-à comunicar ao BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A, que a garantia bancária N 00352107, emitida em 24-07-2009, no valor de 17 180 €, poderá ser reduzida para o montante de € 1 718,00 (mil setecentos e dezoito euros). -----

3.4-Notificar a promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido de recepção provisória das obras de urbanização, bem como dar-lhes a conhecer o teor do Auto de Vistoria anexo à presente informação técnica. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/01/26. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2010/01/27. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. CONSTRUÇÃO DE ARMAZEM COMERCIAL - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA - LUIS MIGUEL BATISTA SILVA - SITO NO LUGAR DA ATALAIA - FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIÁ - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG.BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2010/01/15 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.-INTRODUÇÃO -----

1.1.- A sr.º Luis Miguel Batista Silva, apresenta sob requerimento n.º 3418/09, referente ao processo n.º 418/09, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação - construção de armazém comercial, a levar a efeito no lugar da Atalaia - Vila Verde da Raia, freguesia de Vila Verde da Raia no concelho de Chaves. -----

2.-ANTECEDENTES -----

2.1.- No que diz respeito a antecedentes do presente processo, nada foi encontrado nos arquivos desta Edilidade. -----

3.-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 11¹ da Portaria 232/2008 de 11 de Março, bem como de acordo com o

¹ 11.º - Licenciamento de obras de edificação -----

1 - O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos: --

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; -----

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----

n.º1 do art.º 11² do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas de Edificação, designadamente: -----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----
- Extracto da planta de ordenamento, do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -
- Memória descritiva e justificativa; -----
- Estimativa do custo total da obra; -----
- Calendarização da execução da obra; -----
- Termos de responsabilidade (arquitectura), subscrito pelo autor do projecto de arquitectura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:500; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- Plano de acessibilidades; -----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projecto geo-referenciadas;
- Projecto de águas pluviais; -----
- Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----

d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação; -----

e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente; -----

f) Projecto de arquitectura; -----

g) Memória descritiva e justificativa; -----

h) Estimativa do custo total da obra; -----

i) Calendarização da execução da obra; -----

j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel; -----

l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor; -----

m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação; -----

n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

o) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar; -----

p) Acessibilidades – desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 163/2006. -----

² Requerimento e Instrução -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal. -----

4.- LOCALIZAÇÃO -----

4.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio rústico tem a área total de 4 756 m² está inscrito na matriz com o n.º 1700 e descrito na conservatória sob o n.º 1252 da freguesia de Vila Verde da Raia. -----

5.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

5.1.- No regime jurídico -----

5.1.1.- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º³ do Dec.- Lei555/99 alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro, por se tratar de obras de construção em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa. ---

5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----

5.2.1.- O terreno tem na sua totalidade 4756.00 m² (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e está inserido em dois espaços distintos: em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agro-florestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns e em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

5.2.2.- Segundo a planta de condicionantes n.º 34 B sobre o terreno não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública. ----

6.- ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

6.1.- Da análise do projecto apresentado constata-se que: -----

6.1.1.- É proposta a construção de um armazém comercial com a área de 357.92 m², distribuídos pelo r/chão e planta alta. -----

6.1.2.- A parcela de terreno dispõe somente de uma pequena área inserida em espaço urbano. A implantação do armazém é feita em espaço de classe 4, pelo que todos os parâmetros urbanísticos a verificar são os respeitantes a esta Classe. -----

6.1.3.- Face ao uso pretendido, destinado á actividade de comércio, há a referir que se enquadra no disposto no n.º 1 do art.º 54⁴ do Plano Director Municipal, onde refere que é possível a localização de instalações destinadas a actividades comerciais em espaço agro-florestais comuns. -----

6.1.4.- De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 58⁵, do Plano Director Municipal, o índice de construção é nestes casos de 0.25

³ Artigo 4.º - Licença -----

1 - A realização de operações urbanísticas depende de prévia licença, nos termos e com as excepções constantes da presente secção. -----

2 - Estão sujeitas a licença administrativa: -----

a) As operações de loteamento; -----

b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento; -----

c) As obras de construção, de alteração e de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento; -----

⁴ Artigo 54º - Instalações para comércio ou serviços -----

1 - É admissível a localização de instalações destinadas exclusivamente a actividades comerciais ou de serviços fora dos espaços pertencentes à classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, desde que se situem em espaços industriais ou em espaços agro-florestais comuns. -----

⁵ Artigo 58º - Edificabilidade -----

m^2/m^2 aplicado á área da parcela, ou seja, (área do terreno inserido em classe 4 x índice de construção) = $4456.00 \text{ m}^2 \times 0.25 \text{ m}^2/\text{m}^2 = 1114.00 \text{ m}^2$ (máxima área bruta de construção permitida) > 357.92 m^2 (área bruta de construção proposta). -----

6.1.5.- O projecto apresentado, está de acordo com o disposto no n.º 1 do art.58 do P.D.M., onde dispõe que, as componentes edificadas referentes a instalações comerciais cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo art.º 28⁶, ou seja: -----

6.1.5.1.- A parcela confronta numa extensão mínima de 20 metros com a estrada que delimita o espaço; -----

6.1.5.2.- Tem uma forma em planta que permite a inscrição de um rectângulo com as dimensões de 20 m x 30 m, com o seu lado menor sobreposto á berma da referida via; -----

6.1.5.3.- Tem como alinhamento da fachada virada á via com que confronta a parcela o afastamento estabelecido para o local, o qual não é inferior a 30 m; -----

6.1.5.4.- Tem um afastamento mínimo de 5 metros ás extremas da parcela e em simultâneo, um afastamento mínimo de 30 m ás linhas limite do espaço agro-florestal comum, estabelecidas na planta de ordenamento; -----

1 - As componentes edificadas referentes a armazéns de combustíveis ou de materiais explosivos ou perigosos, a instalações industriais, a armazéns e afins ou a instalações comerciais ou de serviços cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo 28º relativas à instalação avulsa de unidades industriais, salvo no que diz respeito ao Ic, que passa a adoptar o valor de $0,25 \text{ m}^2/\text{m}^2$. -----

⁶ Artigo 28º - Instalação avulsa de unidades industriais -----
Na ausência de plano de pormenor ou operação de loteamento plenamente eficaz, a instalação avulsa de unidades industriais em parcelas localizadas em espaços desta classe só poderá realizar-se desde que se cumpram os requisitos expressos nos números seguintes:

1) As parcelas destinadas à referida instalação, na área que estiver integrada em espaço industrial, terão de: -----

a) Confrontar, numa extensão mínima de 20 m, com estrada ou arruamento que delimite o espaço industrial em questão; -----

b) Possuir uma forma em planta que permita a inscrição de um rectângulo com as dimensões de 20 m x 30 m, com o seu lado menor sobreposto à berma da referida via; -----

2) A implantação e a volumetria das edificações terão cumulativamente de: -----

a) Assegurar que no interior da parcela em que se localizam venham a existir espaços destinados ao movimento de cargas e descargas e ao estacionamento próprio com dimensão suficiente para que não seja prejudicada a normal fluência de tráfego nas vias públicas; -----

b) Adoptar como alinhamento da fachada virada à via com que confronta com a parcela o afastamento estabelecido para o local de acordo com as disposições legais ou regulamentares em vigor, o qual não poderá ser inferior a 30 m; -----

c) Manter um afastamento mínimo de 5 m às extremas da parcela e, em simultâneo, um afastamento mínimo de 30 m às linhas limite do espaço industrial estabelecidas na planta de ordenamento; -----

6.1.6. Dado as dimensões da parcela de terreno, o requerente cumpre o especificado na alínea d) do n.º 3 do art.12⁷ do Plano Director Municipal, ou seja, o mínimo de 7 lugares de estacionamento no interior do lote. -----

6.1.7.- Cumpre as normas técnicas para pessoas com mobilidade condicionada, pelo que se encontra em conformidade com o disposto no capítulo 2 do Decreto - Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto. -----

7.- PARECERES INTERNOS -----

7.1.- Foi solicitado parecer a Divisão de Abastecimento Público, sobre as infra-estruturas hidráulicas, a qual emite parecer favorável datado de 2010 -01-08. -----

8.- PROPOSTA DE DECISÃO -----

8.1.-Propõe-se a **aprovação do projecto de arquitectura**, apresentado sob requerimento n.º 3418/09. -----

8.2- De acordo com o n.º4 do art. 20º do DL 555/99 de 16 de Dezembro e Ulteriores Alterações, dispõe o interessado do prazo de seis meses para apresentar projectos de especialidades conforme estabelecido no n.º 5 do art.º 11 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, designadamente: -----

- Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

- Projecto de águas pluviais (já apresentado); -----

- Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica; -----

- Projecto de redes prediais de água e esgotos (já apresentado); ---

- Projecto acústico; -----

- Estudo de comportamento térmico; -----

- Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----

- Fichas de segurança de acordo com o disposto no n.º2 do art.º17 do Decreto - Lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro, para a Utilização - tipo VIII; -----

- Projecto de arranjos exteriores; -----

➤ Deve ainda ser apresentada declaração de conformidade regulamentar subscrita por perito qualificado, no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE), neste caso concreto se aplicável. -----

➤ No prazo de 60 dias a contar do início dos trabalhos, deve o promotor da obra, apresentar na câmara municipal cópia do projecto de execução de arquitectura, e de engenharia das especialidades, do projecto agora apresentado. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/01/26. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

⁷ Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos -----

3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projectos mencionados no número anterior venham a instituir, terão de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento: -----

d) Um lugar por cada 50 m² de área bruta de construção destinada a comércio ou serviços; -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2010/01/27. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VII

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. PAVIMENTAÇÃO DA LIGAÇÃO DA A24 - ALTO DA COCANHA.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº04/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº04/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Higino Pinheiro & Irmão, S.A, no valor de 40.517,64€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 27/01/2010.----

Visto.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.27. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 40.517,64€, (quarenta mil quinhentos e dezassete euros e sessenta e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.2. ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA AV.DUARTE PACHECO E AV.D.JOÃO I.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº08/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº08/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Anteros Empreitadas, S.A, no valor de 77.718,57€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 27/01/2010.----

Visto.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.27. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 77.718,57€, €, (setenta e sete mil, setecentos e dezoito euros e cinquenta e sete centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

1.3. ORDENAMENTO DO LARGO DE SANTA ANA - CASA MORTUÁRIA - NANTES - AUTO DE MEDIÇÃO Nº03/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº03/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 5.310,23 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais:-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 27/01/2010.----

Visto.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.27. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 5.310,23 €, (cinco mil trezentos e dez euros e vinte de três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.4. CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE SANTA CRUZ/TRINDADE.-AUTO DE MEDIÇÃO Nº15/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº15/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma,Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A, no valor de 173.793,26€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 27/01/2010.----

Visto.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.27. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 173.793,26€, (cento e setenta e três mil setecentos e noventa e três euros e vinte e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.5. CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE SANTA CRUZ/TRINDADE - GARANTIA BANCÁRIA -----

Foi presente a informação nº11/DE/2010, da Técnica Responsável, Engª Fernanda Serra, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na integra para todos os efeitos legais: -----

A - Antecedentes-----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2ªSérie, nº 162 de 22 de Agosto de 2008, concurso público tendo como objectivo a adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 6 de Novembro de 2008, o Município de Chaves adjudicou ao consórcio "Ferreira Construções, S.A./Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A." a execução da referida empreitada. ----

3.O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 25 de Novembro de 2008.---

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 4.261.633,16€ (Quatro

milhões, Duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e trinta e três euros e dezasseis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições:-----
 Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

• Prazo de execução da obra: 450 dias, a contar da consignação dos trabalhos. -----

B - Da execução do contrato da empreitada -----

1.0 auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 25 de Novembro de 2008. -----

2.A empresa apresentou até à presente data as seguintes garantias bancárias correspondentes ao reforço de 5% sobre o valor da facturação emitida através dos autos de medição 1 a 14(parcial):----

1 - Garantia bancária com o nº125-02-1469778 do Millennium BCP, com o valor de 20.000,00€; -----

2 - Garantia Bancária com o n.º 36230488100133 do banco Santander Totta no valor de 30.000,00€; -----

3 - Garantia Bancária com o n.º36230488101555 do banco Santander Totta no valor de 35.000,00€; -----

4 - Garantia bancária com o n.º 36230488102952 do banco Santander Totta no valor de 30.000,00€; -----

3.A empresa adjudicatária vem, através de ofício registado nos serviços administrativos desta autarquia com o n.º 751 aos 15 dias do mês de Janeiro de 2010, apresentar nova Garantia Bancária, com o n.º 125-02-1627946 do banco Millennium BCP no valor de 35.000,00 Euros, correspondente ao reforço de 5% sobre o valor da facturação emitida através dos autos de medição n.º 14 (parcial) e seguintes.--

C - Da proposta -----

Pelo exposto, e de acordo com o estipulado no nº4, artigo 211º do Decreto-lei nº 59/99 de 2 de Março, não vê esta Divisão qualquer inconveniente no deferimento do pedido do requerente. -----

Assim, pelas razões enunciadas, o executivo camarário deverá deliberar no sentido de: -----

1 - Não efectuar a retenção no auto n.º14 e seguintes até ser atingido o valor agora apresentado. -----

À consideração superior. -----

Divisão de Empreitadas, 26 de Janeiro de 2010. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG.AMÉLIA RODRIGUES, DE 27/01/2010. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 27/01/2010.----

Visto.Concordo com o proposto.À consideração do Sr.Presidente.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.27. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.6. REQUALIDIFICAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL DE VIDAGO/VALVERDE. AUTO DE MEDIÇÃO Nº02/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº02/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário

é a firma, Socorpena, Construção e Obras Públicas, Lda, no valor de 89.481,30 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 27/01/2010.----

Visto. Concorde com o proposto. À consideração do Sr. Presidente. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.27. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 89.481,30 €, (oitenta e nove mil quatrocentos e oitenta e um euros e trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

2.1. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE TRESMUNDES.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº06/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº06/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 10.288,53€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 27/01/2010.----

Visto. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.27. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 10.288,53€, (dez mil duzentos e oitenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2.2. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE TRESMUNDES.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº07/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº07/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 1.863,00€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 27/01/2010.----

Visto. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.27. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 1.863,00€, (mil oitocentos e sessenta e três euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2.3. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PASTORIA.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº03/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº03/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 7.857,86 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 27/01/2010.----

Visto. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.27. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 7.857,86 (sete mil oitocentos e cinquenta e sete euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2.4. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PASTORIA.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº04/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº04/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 1.400,57€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 27/01/2010.----

Visto. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.27. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 1.400,57€, (mil e quatrocentos euros e cinquenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

3- HIGIENE PÚBLICA

4- CEMITÉRIOS

5- PROTECÇÃO CIVIL

6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE

9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

10- SEGURANÇA PÚBLICA

11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA

12- TERMAS

13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

VIII
EXPROPRIAÇÕESIX
DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

1. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. JOAQUIM BATISTA ESTEVES. INFORMAÇÃO DA DAP DE 25/01/2010 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Chefe da da D.A.P., Artur Lopes Baltazar, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição -----

JOAQUIM BATISTA ESTEVES, residente No Lugar do Prado, nº. 2 Santo Estevão - Chaves, com a Instalação de água nº. 7737, vem expôr que foi confrontado com uma factura de consumo de água do mês de Dezembro de 2009, no valor de 278,16 € correspondentes a 123 m3, ocasionados por uma rotura na canalização que abastece a moradia do cliente, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada nº. 887, de 2010.01.19, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizado, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo, uma vez que a rotura foi subterrânea e com a humidade não foi possível detectá-la mais cedo, tendo-se apercebido do facto apenas quando recebeu a factura, que apresentava um consumo exagerado, fora do habitual. Solicita tratamento igual para a próxima factura, que irá apresentar mais 342 m3. -----

Dos Factos -----

Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 7737, o Assistente Operacional, Sr. João Silva, deslocou-se ao local, tendo verificado que a instalação do contador se mantém em bom funcionamento, no entanto mantinha-se a fuga de água pelo que fechou o passador, informando o proprietário.-----

Alerta-se para o facto já ser reincidente, uma vez que em 2004 teve um problema idêntico. O Assistente Operacional João Silva, verificou que o consumidor, além da água da rede, é abastecido pela rede de rega das águas das Nogueirinhas e ainda de um poço.-----

Esta situação provoca, eventualmente, a entrada de água da rede para o poço ou para a rede de rega das Nogueirinhas.-----

É conveniente e obrigatório que o consumidor tenha a instalação da água da rede completamente separada da rede de rega (Artº. 82 do Decreto-Regulamentar nº. 23/95, de 23 de Agosto).-----

Do Direito-----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei nº. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários.-----

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade do consumidor, **JOAQUIM BATISTA ESTEVES**, proprietário da instalação.----

Da Petição-----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses:-----

a) Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;--

b) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo a totalidade das duas facturas, ou seja 465 m3, cobrando-se 5 m3 ao 1º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (460 m3) ao 2º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água, saneamento e resíduos sólidos, do mês de Dezembro /2009 e Janeiro/2010.-----

c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 465 m3, cobrando-se ao 1º. Escalão, isto é, 0,38€/m3, acrescidos das quotas de água, saneamento e resíduos sólidos.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº. 1 do Artº. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº. 1 do Artº. 71, da Lei 169/99, de 18/9.-----

À consideração superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 26/01/2010:--

Visto. À consideração do Sr. Vereador Responsável.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, DR. PAULO ALVES, DE 27/01/2010: -----

Visto. Concorde. À reunião de câmara para deliberar pela hipótese b). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. AMILCAR FONTES ALVES. INFORMAÇÃO DA DAP DE 21/01/2010 -----

Foi presente a informação identificada em epigrafe cujo conteúdo a qual se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais: -----

Da exposição-----

AMILCAR FONTES ALVES, residente na Av. Principal, nº. 20 Santo Estevão - Chaves, com a Instalação de água nº. 7162, vem expor que foi confrontado com uma factura de consumo de água do mês de Dezembro de 2009, no valor de 498,09 € correspondentes a 173 m3, ocasionados por uma rotura na canalização que abastece a moradia do cliente, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada nº. 872, de 2010.01.19, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizado, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo, uma vez que a rotura foi subterrânea e com a humidade não foi possível detectá-la mais cedo, tendo-se apercebido do facto apenas quando recebeu a factura, que apresentava um consumo exagerado, fora do habitual. Solicita tratamento igual para a próxima factura, que irá apresentar mais 99 m3.-----

Dos Factos-----

Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 7162, o Assistente Operacional, Sr. João Silva, deslocou-se ao local, tendo verificado que a instalação do contador se mantém em bom funcionamento, tendo o problema da rotura sido solucionado.-----

Do Direito-----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei n.º. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais é da responsabilidade dos proprietários.-----

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade do consumidor, **AMILCAR FONTES ALVES**, proprietário da instalação.-----

Da Petição-----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: -----

a) Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;--
b) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo a totalidade das duas facturas, ou seja 272 m3, cobrando-se 5 m3 ao 1.º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (267 m3) ao 2.º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água, saneamento e resíduos sólidos, do mês de Dezembro /2009 e Janeiro/2010.-----

c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 272 m3, cobrando-se ao 1.º. Escalão, isto é, 0,38€/m3, acrescidos das quotas de água, saneamento e resíduos sólidos.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Art.º. 71, da Lei 169/99, de 18/9.-----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 26/01/2010:--

Visto. À consideração do Sr. Vereador Responsável. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, DR. PAULO ALVES, DE 27/01/2010: -----

Visto. Concordo. À reunião de câmara para deliberar pela hipótese b). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA ANTÓNIO GUIMARÃES PINTO. INFORMAÇÃO DA DAP DE 26/01/2010 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição-----

ANTÓNIO GUIMARÃES PINTO, residente na Rua do Sol, n.º. 2 Capeludos - Chaves, com a Instalação de água n.º. 31809, vem expor que foi confrontado com uma factura de consumo de água do mês de Novembro de 2009, no valor de 176,47 € correspondentes a 170 m3, ocasionados por um descuido dos netos do cliente, que deixaram uma torneira aberta vários dias num pátio, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada n.º. 1198, de 2010.01.25, solicitar "a revisão do

valor debitado", no sentido de não ser penalizado, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo.-----
O cliente em questão alega ser pobre e reformado, com poucos meios para liquidar a factura.-----

Dos Factos-----

Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 7162, o Assistente Operacional, Sr. João Silva, deslocou-se ao local, tendo verificado que a instalação do contador se mantém em bom funcionamento.-----

Do Direito -----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei n.º. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários.-----

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade do consumidor, ANTÓNIO GUIMARÃES PINTO, proprietário da instalação.----

Da Petição-----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses:-----

- a) Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;--
- b) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo a totalidade da factura, ou seja 170 m3, cobrando-se 5 m3 ao 1.º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (165 m3) ao 2.º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água e resíduos sólidos, do mês de Novembro /2009. -----
- c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 170 m3, cobrando-se ao 1.º. Escalão, isto é, 0,38€/m3, acrescidos das quotas de água e resíduos sólidos. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Art.º. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 26/01/2010:--

Visto. À consideração do Sr. Vereador Responsável.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, DR. PAULO ALVES, DE 27/01/2010: -----

Visto. Concordo. À reunião de câmara para deliberar pela hipótese b). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

X

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

XI

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

**XII
EMPRESAS MUNICIPAIS**

**XIII
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO. REQUERENTE: ANTÓNIO JOAQUIM BEIRA DE SOUSA. INFORMAÇÃO DGFE/SP/03/10. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----
Após exposição apresentada pelo Sr. António Joaquim Beira de Sousa, na qual responsabiliza o Município pelos danos causados na sua viatura Chrysler 302 RLP 75, que estava estacionada na rua da Lameda do Trajano, quando de repente a terra cedeu e a viatura caiu dentro de um buraco. -----

Feitas as diligências necessárias pela divisão responsável, foram apurados prejuízos, pelos quais o Município é responsável, no valor 210€ (duzentos e dez euros). -----

Contudo, dado o contrato de Responsabilidade Civil, aplicada uma franquia de 250€, o Município deverá liquidar directamente ao lesado o valor de 210€ (duzentos e dez euros). -----

À consideração superior. -----

Chaves, 21 de Janeiro de 2010 -----

A Funcionaria -----

(Em anexo, respectivo processo) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTODE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.01.21. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a material. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.21. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS EM VIATURA PARTICULAR; - DECISÃO DEFINITIVA - LUÍS ANTÓNIO TAVEIRA MORGADO. INFORMAÇÃO/PARECER N.º. 10/DASJ/10 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Enquadramento -----

1. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2009/10/01, a qual recaiu sobre a Informação/Parecer n.º. 57/DASJ/2009, de 25 de Setembro de 2009, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção

de indeferir a pretensão formulada - pedido de indemnização pelos danos sofridos em viatura particular - pelo requerente, Luís António Taveira Morgado, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. -----

2. Neste contexto, foi concedido ao interessado o prazo de 10 dias úteis para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 100º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

3. Decorrido o prazo supra mencionado, e através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 16203, de 26/10/2009, Cláudia Magalhães, na qualidade de mandatária de Luís António Taveira Morgado, apresentou um conjunto de argumentos na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

4. Aqui chegados, cumpre, agora, analisar os argumentos apresentados pelo interessado, em sede de audiência prévia dos interessados, e que a seguir se transcrevem: -----

"Concordo integralmente com os pressupostos jurídicos indicados que definem a responsabilidade extra contratual da Câmara Municipal (no caso em análise), mas não posso concordar com a exclusão dessa responsabilidade no assunto em apreço. -----

O meu constituinte sofreu um acidente de viação, no passado dia 30 de Maio, na Estrada Regional 314, Moreiras, concelho de Chaves, tendo sido junto o croqui elaborado pela GNR, com a descrição factual do acidente e definindo os danos existentes. -----

Foi junto aos autos um orçamento relativo á reparação dos danos sofridos pelo m/constituente no veículo automóvel que conduzia. ----

Esta edilidade conclui que não pode assumir a responsabilidade dos danos sofridos por não se poder estabelecer o nexo causal entre o facto (acidente) e qualquer conduta ilícita (dolosa ou negligente) da Câmara Municipal de Chaves (que assume a sua responsabilidade sobre conservação e segurança da estrada onde o acidente ocorreu). -

Também foi referido que a dita estrada se encontra em bom estado de circulação e segurança, mas esta afirmação, na nossa opinião reporta-se ao piso da mesma. -----

O que aconteceu foi que um animal (veado) atravessou inesperadamente a estrada provocando os danos já relatados e que constam nos autos.

Numa visita ao lugar dos factos verifica-se que não existe qualquer sinalização da possibilidade de existência de animais (como deveria), muito mais porque a zona está integrada numa zona de caça, classificada como Zona de Caça Municipal, Chaves 1. -----

Desta forma existe um comportamento da edilidade administrativa que sustenta um pedido de ressarcimento de danos, esta devia ter o cuidado de sinalizar os locais, onde possam existir animais, de porte médio, como um veado. -----

Desta forma os condutores já podiam prever a possibilidade de algum desses animais lhe poderem aparecer de forma repentina. -----

Não contendo o local qualquer sinalização nesse sentido e sendo essa responsabilidade afectada á Câmara Municipal de Chaves, esta terá de indemnizar o lesado nos prejuízos sofridos, atendendo ao comportamento omissivo e negligente e desta forma encontram-se preenchidos os pressupostos legais para a edilidade administrativa ser responsabilizada." -----

5. Como se retira do argumentário aduzido e acima transcrito, o requerente pretende inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal, com base no facto do

local do acidente estar integrado numa Zona de Caça Municipal e que, nesta justa medida, deveria existir sinalização advertindo os condutores da possibilidade de aparecimento de animais de porte médio. -----

6. Ora, conforme decorre da informação produzida pelo Chefe da Divisão de Recursos Operacionais, Eng.º Inácio dos Santos Morais, a zona de Caça Municipal Chaves - 1, onde ocorreu o acidente, é gerida pelo Clube Flaviense de Caça e Pesca, com sede no lugar do Cando na freguesia de Valdanta. -----

7. A Zona de Caça Municipal de Chaves I foi criada através da Portaria n.º 520/2005, de 15 de Junho, pelo período de seis anos e transferida a sua gestão para o Club Flaviense de Caça e Pesca Desportiva, conforme decorre, expressamente, no n.º 1, da mesma Portaria. -----

8. Nesta justa medida, é aquela entidade quem determina as regras de funcionamento da referida zona de caça, bem como as espécies que podem ser caçadas, dentro dos condicionalismos legalmente estabelecidos. -----

9. Assim sendo, o atravessamento de um animal não constitui uma anomalia que justifique a presunção de que na manutenção, conservação e sinalização da estrada em causa não foi observado o cuidado devido, sobretudo numa zona cuja gestão se encontra legalmente atribuída a outra entidade. -----

10. Tal como nada garante que o animal ali se encontrasse, pelo facto de ser uma zona de caça. -----

11. Aliás, como nada garante que o animal ali se encontrasse efectivamente. -----

12. É que da análise da participação de acidente de viação elaborada pela Guarda Nacional Republicana, muito concretamente, do esboço do acidente em causa, verifica-se a ausência de qualquer menção, no mesmo, do veículo acidentado e do animal (corso). -----

13. A razão para tal ausência é dada pelo respectivo participante no campo sob a epígrafe "Outras informações", ao referir, expressamente que "não foi mencionado no esboço o veículo nem o animal em virtude de não se encontrar no local do acidente".

14. Aliás, como se retira da retrocitada participação de acidente, este último ocorreu às 11h30, de 30 de Maio de 2009 e o participante só teve conhecimento às 14h00 do mesmo dia, através de um telefonema do Posto da G.N.R. de Vidago. -----

15. Tanto mais que não é apresentada qualquer outra prova para além daquela participação de acidente (documental ou testemunhal). -----

16. Ora, como já foi mencionado na Informação/Parecer n.º 57/DASJ/09, para que haja responsabilidade extracontratual da Autarquia, tem de existir um nexo de causalidade entre a conduta omissiva e o incidente. -----

17. Sendo certo que, sem que se consiga determinar, com toda a certeza, que o acidente em causa foi provocado pelo aparecimento do animal em causa, não se poderá falar em conduta omissiva desta Autarquia, facto que prejudica, desde logo, aquele nexo de causalidade. -----

18. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, atendendo às razões acima enunciadas e reiterando aquelas que foram enunciadas na Informação/Parecer n.º 57/DASJ/09, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -

II - Proposta -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à **tomada de decisão definitiva**, substantivada no indeferimento da pretensão formulada pelo requerente, não decorrendo dos factos evidenciados, qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extra - contratual, da assumpção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos provocados na sua viatura; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 68º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Batista. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 21 de Janeiro de 2010 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respectivo processo administrativo. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTODE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.01.21. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a material. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.21. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. HASTA PUBLICA DAS LOJAS E BANCAS DOS MERCADOS DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº. 6/DDE/10 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Enquadramento -----

Considerando que a ocupação e respectiva utilização das lojas e bancas do Mercado Municipal, encontra o seu regime estatuído no Regulamento do Mercado Municipal de Chaves, publicado no Diário da República n.º 115, II série, de 17 de Maio de 2004; -----

Considerando as lojas do mercado Municipal de Chaves identificadas, respectivamente, com os números 15, 23 a 25, 39 a 41, 42, 54, 55 e 49, 50, 51 e 53, há ainda a acrescentar a banca I/J que se encontram, na presente data, desocupadas, em face de ter findo, no pretérito dia 31 Dezembro, o prazo do respectivo direito de ocupação, sendo já do conhecimento Superior. -----

Considerando que se torna necessário delinear uma estratégia de actuação que permita evitar a desocupação prolongada dos referidos espaços, promovendo a sua utilização e rentabilização; -----

Considerando que findo tal prazo cessa, imediatamente e obrigatoriamente, o direito à respectiva ocupação, podendo a Câmara, se assim o entender, abrir nova praça para adjudicação do direito à ocupação das referidas lojas e bancas, nas condições que julgar convenientes, sem obrigação de pagar quaisquer indemnizações aos

anteriores arrematantes, aos quais, por sua vez, é reconhecido o direito de preferência à ocupação em igualdade de licitação; -----
Considerando que, de acordo com o disposto no art. 10º, do Regulamento do Mercado Municipal de Chaves, o direito à ocupação das lojas e bancas deve ser feito por arrematação pública e licitação verbal; -----

Considerando que o art. 10º, do Regulamento do Mercado Municipal de Chaves, determina um conjunto de regras a observar, obrigatoriamente, no procedimento de arrematação em hasta pública, também a Autarquia na sua Reunião de Câmara de 16/11/2009 e de acordo com a informação n.º 82/2009 da D.D.E., a Câmara deliberou proceder à alteração das bases de Licitação de acordo com o n.º 3 do art. 10 do Regulamento do Mercado Municipal de Chaves, pelo que as bases de Licitação do anexo II foram reduzidas em 50%. -----

II - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia de actuação: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do executivo camarário, com vista a que o aludido órgão aprove a abertura do procedimento de hasta pública e licitação verbal do direito à ocupação das lojas do mercado municipal de Chaves identificadas, respectivamente, com os números n.ºs 15, 23 a 25, 39 a 41, 42, 54, 55 e 49, 50, 51 e 53, há ainda a acrescentar a banca I/J conforme condições de adjudicação constantes em anexo à presente informação; -----

b) Sequencialmente, caso o executivo venha a aprovar a presente informação nos termos anteriormente sugeridos, deverá, ainda, determinar a data, hora e local de realização do procedimento em causa. -----

c) Simultaneamente, que seja designada a comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento administrativo de hasta pública, para adjudicação do direito de ocupação dos espaços em causa, com a seguinte constituição: -----

Presidente: Dr. Marcos Barroco -----

1º vogal efectivo: Dr. Sotero Lopes Palavras -----

2º vogal efectivo: Eng. Paulo Branco -----

Vogais suplentes: Dr. Cristiana Adelaide e Isaac Dias -----

Na ausência ou impedimento do presidente, o mesmo será substituído pelo primeiro vogal efectivo; -----

d) Por último, caso a presente informação venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, por parte do órgão executivo municipal, dever-se-á promover à sua publicação mediante a afixação de editais nos lugares de estilo, bem como em boletim municipal e num jornal local, de acordo com o disposto no art. 91º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

Em anexo: - Normas disciplinadoras do procedimento em causa; -----

Programa da hasta pública para atribuição do direito de concessão de espaços no Mercado Municipal de Chaves-----

Artigo 1º -----

Identificação e fim comercial dos espaços objecto do presente programa de hasta pública: -----

Loja n.º 15	PRODUTOS DE ARTESANATO
Loja n.º 23, 25, 26/31	PEIXARIAS

Loja n.º 39,40,41,42	DIVERSOS RAMOS
Loja n.º 54, 55	TALHOS
Loja n.º 49, 50, 51, 53	DIVERSOS RAMOS
Bancas Letra I/J	FRUTA

Artigo 2º -----

Hasta Pública -----

De acordo com o Regulamento do Mercado em vigor e do presente programa, a hasta pública para atribuição do direito de ocupação de espaços comerciais no Mercado Municipal de Chaves, identificados no artigo anterior, realizar-se-á no Salão Nobre da Câmara Municipal, perante a Comissão para esse fim designada pelo executivo municipal.

Artigo 3º -----

Consulta do processo -----

O processo, constituído pelo Regulamento do Mercado Municipal em vigor, pelo presente programa de hasta pública, tabela de taxas e planta com a localização dos espaços comerciais, com indicação da área correspondente e ramo de actividades autorizadas, poderá ser consultado na D.D.E., todos os dias úteis, durante o horário de expediente normal, ou seja, das 9.00 às 9.30 e das 14.00 às 17.30.

Artigo 4º -----

Acto de arrematação em hasta pública -----

1 - A arrematação em hasta pública decorrerá perante uma comissão nomeada pela Câmara Municipal, ou perante esta, e será anunciada por edital, no qual deverão constar as condições e base de licitação estabelecidas pela Câmara e que será afixado nos locais públicos do costume e publicado em boletim municipal e num jornal local, com a antecedência mínima de oito dias relativamente à data do acto de arrematação; -----

2 - A Comissão acima referida será constituída por três elementos efectivos e dois suplentes, designados pela Câmara Municipal, sem prejuízo de, por questões logísticas ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros funcionários municipais; -----

3 - Na ausência ou impedimento do presidente da referida comissão, o mesmo será substituído pelo primeiro vogal efectivo. -----

Artigo 5º -----

Concorrentes -----

Serão admitidos ao concurso pessoas singular ou colectivas, devendo estas fazer-se representar através de procuração ou credencial idónea. -----

Artigo 6º -----

Apresentação de propostas -----

1 - Os interessados deverão apresentar a respectiva proposta em carta devidamente fechada e lacrada, identificando-se no exterior da mesma o proponente e a loja ou banca a que respeita, que por sua vez é encerrado num segundo sobrescrito dirigido ao Presidente da Comissão responsável pela condução do procedimento de hasta pública, podendo ser entregues até ao dia constante no Edital afixado para o efeito, durante o período normal de funcionamento dos serviços municipais (9:00 às 12h30 e das 14:00 às 17:30) ou enviadas por correio, sob registo, neste caso sendo aceites desde que recebidas até à data limite acima referida; -----

2 - Para ser admitido à arrematação, o interessado fará antecipadamente um depósito no cofre municipal de 20% da base de licitação que lhe será restituído se não vier a ser adjudicatário,

ou se o for, logo que pague a primeira prestação referida na parte final do **artigo 10º**, do presente programa. -----

Artigo 7º -----

Base de licitação -----

A base de licitação para cada espaço, bem como os lanços mínimos, são os seguintes: -----

Mercado Municipal de Chaves -----

Artigo 8º -----

Loja no 15	Base Licitação	7.095.40€
	Lanço mínimo	283.93€
Lojas nos 23 e 25	Base Licitação	4.257.26€
	Lanço mínimo	283.93€
Lojas nos 26 e 31	Base Licitação	3.547.72€
	Lanço mínimo	283.93€
Lojas nos 39, 40, 41, e 42	Base Licitação	3.547.72€
	Lanço mínimo	283.93€
Lojas nos 49 50 51 53 54 e 55	Base Licitação	11.352.69€
	Lanço mínimo	567.86€
Bancas I/J	Base Licitação	709.55€
	Lanço mínimo	56.79€

Esclarecimentos -----

1 - Antes do início da hasta pública serão prestados todos os esclarecimentos sobre o seu objecto e procedimento. -----

2 - Iniciada a fase de licitação, não serão prestadas quaisquer explicações. -----

Artigo 9º -----

Licitação -----

1 - Iniciada a hasta pública, proceder-se-á, em acto contínuo, à licitação verbal entre os concorrentes para cada espaço, ficando a constar da acta os lanços sucessivamente oferecidos; -----

2 - Não serão admitidos lanços de valor inferior, respectivamente, aos constantes na tabela prevista no artigo anterior. -----

Artigo 10º -----

Adjudicação -----

1- A adjudicação será feita pelo maior lanço apresentado na proposta, o qual poderá ser anulado ou suspenso se se verificarem irregularidades que afectem a legalidade do acto ou se descubra conluio entre os licitantes. -----

2 - No caso de desistência ou de não pagamento do preço de licitação, a Câmara Municipal poderá adjudicar o direito de ocupação ao lanço oferecido de montante imediatamente inferior. -----

3 - Sem prejuízo do direito de preferência, em caso de igualdade de licitação, previsto na parte final do art. 14º, do Regulamento do Mercado Municipal de Chaves, sempre que, de entre os interessados na utilização das lojas e bancas figurarem pessoas residentes ou naturais na área do concelho de Chaves já com actividade no ramo de negócio, poderá a Câmara adjudicar o referido direito à ocupação em caso de igualdade de licitação. -----

4- A Câmara Municipal reserva-se o direito de não adjudicar a concessão quando o preço oferecido não lhe convier. -----

Artigo 11º -----

Pagamentos -----

O arrematante é obrigado a depositar, no acto da praça, 30% da arrematação, devendo o restante ser pago nos 30 dias seguintes ou, se o requerer até ao final deste prazo, em cinco prestações mensais

a satisfazer do dia 1 ao dia 10 de cada um dos meses seguintes, sob pena de a adjudicação ficar sem efeito e de perder o depósito referido. -----

Artigo 12º -----

Início de actividade -----

Os concorrentes a que forem adjudicadas as lojas e ou bancas, ficam obrigados a dar início à actividade no prazo máximo de trinta dias seguidos contados sobre a data da notificação da adjudicação, prazo este eventualmente prorrogável mediante autorização do Presidente da Câmara, sob pena de caducar o direito à ocupação. -----

Artigo 13º -----

Transferência do direito de ocupação -----

1 - Após a adjudicação, transfere-se, para o titular do direito de ocupação, o uso do correspondente espaço, ficando o mesmo responsável por todos os encargos a ele respeitantes e decorrentes da lei, contrato ou regulamento aplicável à actividade exercida. ---

2 - Os titulares do direito de ocupação deverão encetar todas as diligências necessárias, junto das entidades competentes, com vista à obtenção das respectivas licenças ou autorizações para o espaço em causa, bem como dar inteiro cumprimento ao quadro legal aplicável à actividade a exercer no respectivo espaço; -----

3 - Sem prejuízo do disposto no art. 12º, os titulares do direito de ocupação apenas poderão dar início à respectiva actividade após o cumprimento do disposto no número anterior. -----

Artigo 14º -----

Licenciamentos -----

Os titulares do direito à ocupação não ficam dispensados da apresentação de quaisquer projectos de licenciamento complementares da actividade autorizada, designadamente publicidade, ocupação de espaço público ou outros. -----

Artigo 15º -----

Formalização da Adjudicação -----

1 - A adjudicação será formalizada através de contrato, a celebrar no prazo máximo de trinta dias a contar da data da adjudicação, com custo a cargo do adjudicatário, devendo nesse acto os titulares do direito de ocupação fazer prova negativa de dívidas à Segurança Social e às Finanças; -----

2 - No caso de não comparência ao acto de celebração do referido contrato, cuja data será comunicada aos interessados com a antecedência mínima de cinco dias, ou de impossibilidade da sua celebração por causa, que lhe seja imputável, considera-se sem efeito a anterior adjudicação perdendo o referido titular o direito a quaisquer quantias eventualmente já pagas; -----

3 - A comunicação referida no número anterior será acompanhada de minuta do contrato, a qual se considera tacitamente aprovada se não for sugerida qualquer alteração até ao último dia anterior ao designado para a sua formalização. -----

À consideração do Vereador do Pelouro de Mercados e Feiras Dr. Paulo Alves -----

O Chefe de Divisão -----

(Dr. Sotero Palavras) -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL DR. PAULO ALVES DE 2010.01.25. -----

Visto. Concordo. À reunião de câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

2.4. ALTERAÇÃO PROPRIETÁRIO LOJA Nº52 DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº. 13/DDE/10 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Preliminares: -----

Vem o Sr. Carlos Alberto Borges Correia, na qualidade de proprietário da loja 52 do Mercado Municipal de Chaves, solicitar através do requerimento com entrada no expediente geral sob o nº 19232, de 2009/12/30 que a loja em causa seja averbada para o nome da esposa, Maria de Lurdes Valpaços Teixeira Correia. -----

1. Assim, sobre a presente matéria cumpre-nos informar o seguinte: -----

II - Dos Factos: -----

1. O pedido ora em apreciação centra-se fundamentalmente, na transmissão do direito de ocupação da loja nº 52 do Mercado Municipal de Chaves a favor da sua esposa, Maria de Lurdes Valpaços Teixeira Correia; -----

2. O requerimento inicial encontra-se instruído com uma declaração médica. -----

III - Do Direito -----

1. Nos termos disposto no ponto 1 do art. 10 do Regulamento do Mercado Municipal, aprovado pelo órgão deliberativo em 19/01/2004 publicado no D.R. -----

II série em 17/05/2004 " o direito à ocupação das lojas e bancas far-se-á por arrematação em hasta pública e licitação verbal ou outro procedimento jurídico que confira transparência; -----

2. No art. 8 do Regulamento do Mercado Municipal consagra-se expressamente "o direito a ocupação das lojas e bancas é intransmissível", com excepção dos casos previstos no D.L. nº 340/82 de 25 de Agosto ou ainda das disposições legais que lhe venham a suceder. -----

3. Entre outras situações excepcionais justificadoras da admissibilidade de tal direito. O requerimento invoca o facto de se encontrar abrangida pela disposição positivada na alínea b) do art. 5º do D.L. nº 340/82 de 25 de Agosto; -----

4. A aludida disposição legal prevê expressamente no seu clausulado o seguinte: -----

"aos detentores dos títulos de ocupação poderá ser autorizada pela respectiva Câmara Municipal a cedência a terceiros dos respectivos lugares, desde que ocorra um dos seguinte factos". -----

a) -----

b) redução a menos de 50 % da capacidade física mental do mesmo; -----

c) -----

5. Ora considerando que o argumento apresentado pelo peticionário assenta na impossibilidade do mesmo poder dar continuidade à actividade comercial desenvolvida na aludida loja por si, solicitando, para o efeito autorização da Câmara Municipal para ceder o direito de ocupação da loja nº 52 seja averbada em nome da sua esposa, Maria de Lurdes Valpaços Teixeira Correia. -----

6. Considerando que a cedência apenas transitará para a esposa do ora peticionário, e actual titular do direito de ocupação da loja; -----

7. Considerando que o ora peticionário apresenta uma Declaração Médica, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação; -----

8. Considerando que a actividade a desenvolver na loja se manterá a mesma, Talho; -----

9. Neste enfoque a pretensão formulada pelo ora peticionário é possível de ser enquadrada na alínea b) do art. 5 ° do D.L. nº 340/82 de 25 de Agosto. -----

IV - Propostas -----
Em coerência com o teor da razões de facto e de direito acima mencionadas tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal com vista à pratica de decisão administrativa, a qual deverá repousar nas seguintes pressupostos fundamentais, a saber: -----

- Reconhecimento dos motivos justificativos e ponderosos invocados pelo peticionário e fundamentadores do pedido de transmissão do direito de ocupação da loja em causa para efeitos disposto na alínea b) do art.5°, do D.L. nº 340/82 de 25 de Agosto; -----

- Em caso afirmativo, poderá o pedido em causa ser deferido, adoptando-se os demais formalismos indispensáveis para titular a modificação subjectiva do direito de ocupação da referida loja, devendo para o efeito, o interessado ser devidamente notificado nos termos do art. 68° do Código do Procedimento Administrativo. -----

b) Diferentemente, caso o executivo não venha a reconhecer a excepionalidade dos motivos invocados pelo peticionário, deverá o pedido ser indeferido devendo, em tal situação, numa primeira fase, a referida decisão, ser sujeita a audiência prévia dos interessados, nos termos do disposto no art. 100° e seguintes do Código do Procedimento Administrativo; -----

c) De imediato, o envio do presente processo acompanhado da presente informação, ao gabinete do Vereador, Dr. Paulo Alves. -----

À consideração superior -----
O Chefe de Secção -----
Isaac Dias -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DR. SOTERO PALAVRAS DE 2010.01.19. -----

Visto. Concordo. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA AREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL DR. PAULO ALVES DE 201.01.20 -----

Visto. Concordo. À reunião de câmara par deliberação pela hipótese a) do capítulo IV da presente informação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea a) do capítulo IV da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. CONCURSO PÚBLICO TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE UM BAR/RESTAURANTE NO MERCADO DE GADO, SITO NA FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA EFEITOS DE ADJUDICAÇÃO. -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. INTRODUÇÃO -----

O presente Relatório foi desenvolvido no âmbito do procedimento adjudicatório pré-contratual tendo como objecto a adjudicação do direito de exploração de um Bar/Restaurante no Mercado de Gado, sito na Freguesia de Outeiro Seco, Concelho de Chaves, cujo aviso publicitador veio a ser devidamente divulgado no dia 4 de Novembro de 2009. -----

Tal procedimento adjudicatório deu execução à proposta n.º 107/GAPV/09, de 27/11/2009, devidamente aprovada em reunião ordinária do Executivo Camarário, de 02/11/2009. -----

O Júri responsável pela elaboração do presente relatório é constituído pelos seguintes elementos: -----

- **Presidente:** Dr. Sotero Lopes Palavras. -----

- **1º Vogal:** Dr. Marcos José da Silva Barroco. -----

- **2º Vogal:** Sr. Isaac Cruz Dias. -----

A composição do referido Júri consta, expressamente, da Proposta n.º 107/GAPV/2009, retrocitada, sendo o mesmo responsável pela liderança e coordenação do procedimento público tendente à adjudicação do direito de exploração de um Bar/Restaurante no Mercado de Gado, sito na Freguesia de Outeiro Seco, Concelho de Chaves incluindo, ainda, no âmbito das suas tarefas, a análise do mérito das propostas apresentadas. -----

2. ACTO PÚBLICO -----

O acto público de abertura das propostas decorreu no passado dia 15 de Dezembro de 2009, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Chaves, tendo sido admitido 1 (um) concorrente que apresentou 1 (uma) proposta, a qual se identifica no Quadro I. -----

Quadro I -----

Concorrentes admitidos -----

Identificação da Proposta	Identificação do concorrente
Proposta Única	Maria José Gomes Pereira

O júri responsável pela liderança do procedimento exarou acta do referido acto público, datada do pretérito dia 15 de Dezembro de 2009, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. -----

3. CRITÉRIO DE APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS -----

3.1 - A aplicação do critério de apreciação das propostas enunciado no artigo 13º, do Programa de Procedimento, bem como dos respectivos factores, foi efectuada tendo em conta a seguinte ponderação: -----

➤ Para uma classificação "muito boa" é atribuída a pontuação 10 (dez); -----

➤ Para uma classificação "boa" é atribuída a pontuação 8 (oito);

➤ Para uma classificação "satisfatória" é atribuída a pontuação 6 (seis); -----

➤ Para uma classificação "aceitável" é atribuída a pontuação 4 (quatro); -----

➤ Para uma classificação "fraca" é atribuída a pontuação 2 (dois); -----

➤ Para uma classificação "muito fraca" é atribuída a pontuação 0 (zero). -----

É permitida a atribuição de pontuações ímpares para situações intermédias. -----

3.2 - Os critérios estabelecidos no artigo 13º, do Programa de Procedimento são avaliados nos seguintes termos: -----

Preço -----60%

Experiência no ramo de actividade -----20%

Qualidade do projecto de exploração, em que será considerado o conceito da proposta de exploração, a sua concretização, o tipo de oferta do serviço prestado de refeições e cafetaria (ementa/menu, incluindo prelos médios a praticar), bem como a adequação do projecto de exploração à zona em que o estabelecimento se insere (mercado de gado de Chaves) e ao público alvo -----20%

TOTAL -----100%

4 APRECIACÃO DO MÉRITO DAS PROPOSTAS FACE AO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO PRÉ-DEFINIDO -----

Preço -----

A concorrente propõe, como contrapartida pela exploração do espaço objecto do presente procedimento, a quantia de 100 euros mensais.

Atendendo ao facto do funcionamento do espaço em causa se encontrar condicionado ao período de funcionamento do mercado de gado, o qual ocorre, em média, quatro vezes por mês, são atribuídos à concorrente, no âmbito do presente factor, 6 pontos. -----

Experiência no ramo de actividade -----

Considerando que a concorrente dispõe de experiência na prestação deste tipo de serviços em feiras e mercados em regime ambulatorio, o que lhe garante um conhecimento empírico do funcionamento de tais espaços, são atribuídos à concorrente 8 pontos. -----

Qualidade do projecto de exploração -----

De acordo com o art. 3º, do caderno de encargos, pretende-se, atendendo ao tipo de actividade exercida no mercado de gado de Chaves, que o estabelecimento de restauração e bebidas preste, mediante remuneração, serviço de refeições rápidas, bar e cafetaria no próprio estabelecimento. -----

Ora, no âmbito do presente critério de adjudicação, é tido em linha de conta o conceito da proposta de exploração, a sua concretização, o tipo de oferta do serviço prestado de refeições e cafetaria (ementa/menu, incluindo prelos médios a praticar), bem como a adequação do projecto de exploração à zona em que o estabelecimento se insere (mercado de gado de Chaves) e ao público alvo. -----

Relativamente ao serviço de refeições, a concorrente propõe o polvo tradicional no prato, com pão e vinho, com o preço de 6.50€. -----

Sendo certo que este tipo de prato - polvo - é já tradicional neste tipo de mercado, como se tem comprovado ao longo destes últimos anos no local onde se realizava a feira de gado em Chaves, antes da mesma ser deslocalizada para o mercado de Gado sito na Freguesia de Outeiro Seco, Concelho de Chaves. -----

Quanto aos serviços de pequeno almoço, a concorrente propõe servir bolos diversos, sandes mistas e diversas, galões, com preços que variam entre os 0.80€ e 1.00€. -----

Atendendo à concretização proposta pela concorrente para o projecto de exploração, ao tipo de serviços de refeições e pequeno almoço que a mesma propõe e os respectivos preços, e, ainda, a adequação dos mesmos à zona em que o estabelecimento se insere (mercado de gado de Chaves) e ao público alvo, propõe-se a atribuição à concorrente, relativamente a este factor, de 8 pontos. -----

5. CONCLUSÕES -----

A classificação atribuída à proposta, para cada um dos factores de apreciação e aplicando a metodologia definida no ponto 3 do presente relatório, são as que se encontram no Quadro III. -----

Quadro III -----

Ordenação das propostas. -----

Apreciação Global das Propostas -----

Concorrente	Preço (60%)	Experiência ramo actividade (20%)	no de	Qualidade projecto exploração (20%)	do de	Classificação Final
Único	3.6	1.6		1.6		6.8

6. PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO -----

Tendo em consideração o critério de apreciação das propostas, definido no artigo 13º, do programa de procedimento e na sequência da análise efectuada, o Júri responsável pela liderança do procedimento deliberou, por unanimidade, considerar que a proposta única apresentada reúne as condições necessárias à adjudicação do direito de exploração de um estabelecimento de restauração e bebidas sito no mercado de gado de Chaves. -----

7. ESTRATEGIA PROCEDIMENTAL SUGERIDA -----

Face ao acima exposto o Júri tomou a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

- Numa primeira fase, dever-se-á proceder ao agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Camarário com vista a tomada de decisão administrativa, consubstanciada na adjudicação do direito de exploração de um Bar/Restaurante no Mercado de Gado, sito na Freguesia de Outeiro Seco, Concelho de Chaves, a Maria José Gomes Pereira; -----

- Caso a presente proposta venha a merecer a concordância do órgão executivo municipal nos termos anteriormente sugeridos, considerando que apenas foi apresentada uma proposta e atendendo ao sentido de adjudicação exarado no presente relatório, dever-se-á dispensar a audiência dos interessados, nos termos gerais do Código do Procedimento Administrativo, assumindo a deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto carácter definitivo e executório. --
Chaves, 5 de Janeiro de 2010 -----

O Júri responsável -----

Presidente -----

Sotero Lopes Palavras -----

1º Vogal -----

Marcos José da Silva Barroco -----

2º Vogal -----

Isaac Cruz Dias -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOAO BATISTA DE 2010.01.21. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o relatório supra. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

XV

ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

(Art.º83, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro
e ulteriores alterações)

1. ALTERAÇÃO DA DURAÇÃO DO CONTRATO PARA A "CONCESSÃO, EM REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO, DA REDE DE TRANSPORTES COLECTIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS, NA ÁREA DA SEDE DO CONCELHO DE CHAVES".- ADJUDICATÁRIO: AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA LDA. DESPACHO N.º 4/GAPV/10. PARA RATIFICAÇÃO--

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente o despacho identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - DA JUSTIFICAÇÃO -----

• Considerando que no passado dia 26 de Novembro de 2009, foi celebrado um contrato para a "concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes colectivos urbanos de passageiros, na área da sede do concelho de Chaves", com o co-contratante "Auto Viação do Tâmega, Lda.", na precedência de Concurso Público; -----

• Considerando que, o mencionado contrato foi enviado para o Tribunal de Contas em 03.12.2009, para a obtenção do competente visto; -----

• Considerando que, o referido processo foi devolvido pelo referido Tribunal a solicitar esclarecimentos, através do ofício com a ref. DECOP/UATII/9531/09 em 30.12.2009, tendo sido registado nos serviços administrativos do Município no dia 04.01.2010 sob o n.º 69, solicitando, entre outras questões, a ponderação, por parte do Município, da eventual alteração da cláusula 4ª do contrato com a epígrafe "Prazo da Concessão", no sentido de ali fazer constar o número limite de vezes que o contrato por ser renovado; -----

• Considerando que, após diligências com a firma adjudicatária foi decidido acatar a sugestão do Tribunal de Contas, no sentido de promover uma modificação ao contrato inicial, na cláusula 4ª, através de uma adenda ao contrato inicial. -----

• Considerando que, o prazo limite para a devolução do processo ao Tribunal de Contas, termina no próximo dia 1 de Fevereiro, data em que se realiza a próxima reunião do executivo camarário; -----

• Considerando, por fim, que a decisão de contratar, está legalmente confiada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, ao executivo camarário, podendo o Presidente da Câmara praticar quaisquer actos da competência daquele órgão executivo, sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a câmara, nos termos do disposto no n.º3, do artigo 68º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, ficando o mesmo sujeito a ratificação da câmara, na primeira reunião após a sua prática, sob pena de anulabilidade. ----

II - DO DESPACHO EM SENTIDO ESTRITO -----

Assim, pelas razões de facto e de direito supra invocadas, ao abrigo do disposto no n.º. 3, do Artigo 68º, da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, determino o seguinte: -----

a) A alteração da cláusula 4ª do contrato sob a epígrafe "prazo da concessão", passando a mesma a ter a seguinte redacção: -----

a. O prazo da concessão, objecto do presente contrato, é de 10 anos, considerando-se iniciado no dia seguinte ao da data da comunicação do visto do Tribunal de Contas, podendo renovar-se por períodos adicionais de 2 anos, por acordo expresse de ambas as partes, a celebrar, até 6 (seis) meses antes do termo do prazo. ----

b. O mecanismo de renovação dos efeitos do presente contrato estabelecido no número anterior não poderá ultrapassar o limite máximo de 3 renovações, correspondendo a cada período adicional um período temporal de 2 anos. -----

b) Que a referida alteração seja titulada por adenda ao contrato inicialmente celebrado, a outorgar no dia de amanhã, junto do Sector de Contratos do Município; -----

c) Remeta-se o presente Despacho ao Departamento de Administração Geral - Sector de Contratos, Expropriações e Apoio ao Notariado, para imediata operacionalização; -----

d) Que, ao abrigo do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, o órgão executivo municipal reconheça a urgência de deliberar sobre o presente assunto, aceitando a introdução do mesmo na reunião ordinária a realizar no próximo dia 1 de Fevereiro de 2010; -----

e) Por fim, deverá o presente despacho ser objecto de ratificação do executivo camarário, em cumprimento do disposto no n.º. 3, do Artigo 68º, do supra citado diploma legal. -----

Chaves, 28 de Janeiro de 2010. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Dr. João Batista -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho n.º. 04/GAPV/10, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Batista, em 28 de Janeiro último. ---

2. PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO "CONJUNTO COMERCIAL CHAVESHOPPING" - A. SANTO - EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E TURÍSTICOS, SA - SITO NA FONTE DO LEITE - FREGUESIA DE VALDANTA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/01/29.-----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Localização -----

O terreno objecto de intervenção, localiza-se na Fonte do Leite, na Freguesia de Valdanta em Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

Face à localização do terreno na planta de ordenamento do P.D.M. o terreno insere-se na Classe1-Espaços Urbanos e Urbanizáveis, de acordo com as Plantas de Ordenamento do P.D.M. de Chaves. -----

-Com as disposições dos instrumentos urbanísticos de gestão territorial -----

Face à localização do terreno insere-se no Plano de Pormenor da Fonte do Leite⁸. -----

Análise da Pretensão -----

A Firma A. Santo - Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A e através do requerimento n.º 142/10, solicita uma "Declaração na qual conste que o conjunto comercial em causa se situa dentro de centro urbano, nos termos que constam da planta de implantação do Plano de Pormenor da Fonte do Leite ". -----

Foi solicitado parecer à DOTPU a qual emite o seguinte parecer: ----

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO URBANÍSTICO	
ASSUNTO:	Pedido de emissão de Declaração de localização do conjunto comercial "ChavesShopping" situado no Centro Urbano de Chaves
REQUERENTE:	A. SANTO - Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A
LOCAL:	Fonte do Leite - Espaço de Apoio PDM PDM
PROCESSO Nº:	22926
REQUERIMENTO Nº/Ano:	142/2010, de 21/01/2010

DECISÃO
A presente informação sublinha-se a ser de caráter regulamentar estabelecido sobre a matéria pelo Conselho Municipal de Chaves.
Após, em conformidade com a Lei n.º 16/2009, de 22 de Maio, relativa à criação do Conselho Municipal de Chaves, a comissão de avaliação da presente informação para efeitos de fundamentação de parecer que a DOTPU emite:

DOTPU
Carla M. M. Almeida, Arq.ª

Plano de Pormenor da Fonte do Leite, em vigor desde 22/12/2009, após a publicação do Aviso nº 22926/2009 no Diário da República, 2ª Série - nº 245, de 21 de Dezembro de 2009.

2.2. Segundo a planta de implantação do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, o conjunto comercial em causa ficará implantado no lote designado por nº 1, cujos parâmetros de edificabilidade constam no respectivo "Quadro Síntese Quantitativo por Lote na Unidade de Execução" daquela peça desenhada, numa zona urbana que fica consolidada no âmbito da execução desse plano.

2.3. Neste sentido, considera-se que poderá ser emitida a declaração solicitada pela empresa petionária, nos precisos termos expressos no item 7 do requerimento apresentado, ou seja, que o conjunto comercial em causa se situa dentro do centro urbano nos termos que constam na planta de implantação do Plano de Pormenor da Fonte do Leite.

A consideração Superior

Chaves, 27 de Janeiro de 2010

A Técnica Superior

Ana Isabel Morales Gomes Augusto, Arq.ª

1.2. No respeito ao pedido em causa, a Direção da Comissão do Território em processo de avaliação argumenta para a sua utilização do parecer:

2. INFORMAÇÃO

2.1. Em resposta ao pedido formulado pela empresa requerente, sou a informar que o presente parecer tem em consideração a planta de implantação do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, em vigor desde 22/12/2009, após a publicação do Aviso nº 22926/2009 no DR 2.ª Serie - nº 245, de 21 de Dezembro de 2009.

Proposta de Decisão -----

Pelo exposto, e considerando as razões de facto emitidas no parecer da DOTPU, julga-se, salvo melhor opinião, emitir-se parecer favorável, pelo que se considera que o conjunto comercial em causa se situa dentro do centro urbano nos termos que constam na planta de implantação do Plano de Pormenor da Fonte do Leite. -----

Emita-se a respectiva Declaração na qual conste que o conjunto comercial em causa se situa dentro do centro urbano nos termos que constam na planta de implantação do Plano de Pormenor da Fonte do Leite (o conjunto comercial ficará implantado no lote n.º1 cujos parâmetros de edificabilidade constam do respectivo quadro de síntese quantitativo por lote na unidade de execução do plano de pormenor da Fonte do Leite). -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2010/02/01. -----

⁸Em vigor desde 22/12/2009, após publicação do Aviso n.º 22926/2009 no DR 2.ª Serie - nº 245, de 21 de Dezembro de 2009 -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação, ao abrigo do artigo 83.º, da Lei n.º 169/99. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Emita-se a referida declaração. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA DE LOCALIZAÇÃO CHAVESHOPPING - A. SANTO - EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E TURÍSTICOS, SA - SITO NA FONTE DO LEITE - FREGUESIA DE VALDANTA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/01/29 -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Localização -----

O terreno objecto de intervenção, localiza-se na Fonte do Leite, na Freguesia de Valdanta em Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

Face à localização do terreno na planta de ordenamento do P.D.M. o terreno insere-se na Classe1-Espaços Urbanos e Urbanizáveis, de acordo com as Plantas de Ordenamento do P.D.M. de Chaves. -----

-Com as disposições dos instrumentos urbanísticos de gestão territorial -----

Face à localização do terreno, o conjunto comercial ficará implantado no lote n.º1 cujos parâmetros de edificabilidade constam do respectivo quadro de síntese quantitativo por lote na unidade de execução do plano de pormenor da Fonte do Leite) no Plano de Pormenor da Fonte do Leite⁹. -----

Análise da Pretensão -----

A Firma A. Santo - Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A e através do requerimento n.º 140/10, solicita Informação Prévia sobre a localização do conjunto comercial - da qual faz parte uma unidade comercial, restauração, loja alimentar, serviços, cinema e estacionamento coberto - integrando-se na área abrangida pelo Plano de Pormenor da Fonte do Leite e correspondendo ao uso comercial nele prescrito. -----

Foi solicitado parecer à DOTPU a qual emite o seguinte parecer: ----

⁹Em vigor desde 22/12/2009, após publicação do Aviso n.º 22926/2009 no DR 2.ª Serie - n.º 245, de 21 de Dezembro de 2009 -----

D O T P U	DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO		
ASSUNTO:	Pedido de Informação Prévia sobre a conformidade de localização do "Conjunto Comercial ChaveShopping" com os instrumentos de gestão territorial vigentes		
REQUERENTE:	A. SANTO – Empreendimentos Industriais e Turísticos S.A.		
LOCAL:	Fonte do Leite – Freguesia de Santa Maria Maior		
PROCESSO Nº:	16/10	REQUERIMENTO Nº/DATA:	140/2010, de 21/01/2010

O Chefe de Divisão
A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.
Assim, em coerência com a estratégia de articulação dos serviços da DOTPU e da DGT, remete-se à consideração da Chefe de Divisão de Gestão Territorial a ponderação das orientações preconizadas na presente informação para efeitos da fundamentação do parecer que à DGT cabe emitir.

27/01/2010

(Rodrigo A. L. Moreira, Arq.º)

1. INTRODUÇÃO

1.1. A presente informação visa a análise e emissão de um parecer relativo a um pedido de Informação Prévia sobre a conformidade de localização do "Conjunto Comercial ChaveShopping" com os instrumentos de gestão territorial vigentes, designadamente com o Plano de Pormenor da Fonte do Leite, solicitado pela empresa citada em epígrafe a coberto do requerimento registado com o nº 140/10 de 21/01/2010, inerente ao processo nº 16/2010.

1.2. Na sequência do pedido em causa, a Divisão de Gestão Territorial enviou o processo a esta unidade orgânica para efeitos de emissão de parecer.

2. INFORMAÇÃO

2.1. Em resposta ao pedido formulado pela empresa requerente, sou a informar que a parcela de terreno onde se pretende instalar o conjunto comercial em causa está inserida no perímetro urbano da cidade de Chaves definido no Plano Director Municipal e está, ainda, abrangida pelo Plano de Pormenor da Fonte do Leite, em vigor desde 22/12/2009, após a publicação do Aviso nº 22926/2009 no Diário da República, 2ª Série – nº 245, de 21 de Dezembro de 2009.

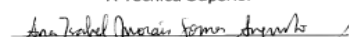
2.2. Segundo a planta de implantação do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, o conjunto comercial em causa ficará implantado no lote designado por nº 1, cujos parâmetros de edificabilidade constam no respectivo "Quadro Síntese Quantitativo por Lote na Unidade de Execução" daquela peça desenhada, numa zona urbana que fica consolidada no âmbito da execução desse plano.

2.3. Neste sentido, ao abrigo do artigo 5º do DL nº 21/2009 de 19 de Janeiro, considera-se que poderá ser emitida informação favorável sobre a localização do conjunto comercial em causa e sua conformidade com os instrumentos de gestão territorial em vigor, designadamente com o Plano de Pormenor da Fonte do Leite.

A consideração Superior

Chaves, 27 de Janeiro de 2010

A Técnica Superior


(Ana Isabel Morais Gomes Augusto, Arq.º)

De acordo com a memória descritiva e justificativa do pedido formulado pelo requerente, consta -----

- área total de construção de 22.875,0 m2 -----
- sendo área locável de construção de 17.760,0 m2. -----

Nestes termos, e face à área locável prevista, a pretensão enquadra-se na alínea c) do n.º1 do art.º2¹⁰ do Dec-Lei 21/09, pelo que de acordo com o disposto no n.º1 do art.º3¹¹ do referido diploma legal está sujeito ao regime de autorização de instalação este tipo de conjuntos comerciais. -----

¹⁰ Artigo 2.º Âmbito -----

1 – Estão abrangidos pelo presente decreto -lei os seguintes estabelecimentos e conjuntos comerciais: -----

c) Conjuntos comerciais que tenham uma área bruta locável igual ou superior a 8000 m2; -----

¹¹ Artigo 3.º Regime aplicável -----

1 – Está sujeita ao regime de autorização a instalação dos estabelecimentos e conjuntos comerciais referidos no n.º 1 do artigo anterior. -----

Assim, e em conformidade com o preceituado no n.º1 do art.º5¹² do retrocitado diploma legal, vem o requerente solicitar informação prévia de localização, pelo que nada à opor à viabilidade da pretensão. -----

Proposta de Decisão -----
Considerando as razões de facto emitidas no parecer da DOTPU, bem como as invocadas no presente parecer, julga-se, salvo melhor opinião, emitir-se parecer favorável à informação prévia sobre a localização do conjunto comercial em causa, o qual ficará implantado no lote n.º1 cujos parâmetros de edificabilidade constam do respectivo quadro de síntese quantitativo por lote na unidade de execução do plano de pormenor da Fonte do Leite) no Plano de Pormenor da Fonte do Leite. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----
À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2010/02/01. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação, ao abrigo do artigo 83.º, da Lei n.º 169/99. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REMODELAÇÃO DE ESTABELECIMENTO HOTELEIRO "PENSÃO PRIMAVERA" - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA - VICENCIA ROSA BRANCO RODRIGUES - SITO NA ALAMEDA TEIXEIRA DE SOUSA N.º 1 - FREGUESIA DE VIDAGO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/01/29. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----
Para o local em causa, já existe alvará de licença de construção n.º 160/90 referente à remodelação de um edifício existente, destinado a

¹² Autorização de instalação e de modificação -----
Artigo 5.º Informação prévia de localização e declaração de impacte ambiental -----

1 - Para efeitos de instrução do processo de autorização de instalação e de modificação dos estabelecimentos e conjuntos comerciais, e desde que o mesmo implique uma operação urbanística sujeita a controlo prévio, os interessados devem solicitar à câmara municipal pedido de informação prévia sobre a conformidade do empreendimento na localização pretendida com os instrumentos de gestão territorial vigentes, nos termos dos artigos 14.º e seguintes do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro. -----

Pensão "Pensão Primavera" sito na Av. Conde Caria, Freguesia de Vidago, em Vidago, em nome de Antero Magalhães Rodrigues. -----
 Possui ainda, alvará de licença de construção n.º 871/90 que se trata de continuação do alvará de licença n.º 160/90, destinado a Pensão "Pensão Primavera" sito na Av. Conde Caria, Freguesia de Vidago, em Vidago, em nome de Antero Magalhães Rodrigues. -----
 Possui ainda alvará de licença de construção n.º 208/98, no qual refere aditamento aos alvarás de licença de construção n.º 871/90 e 160/90, destinado a Pensão "Pensão Primavera" sito na Av. Conde Caria, Freguesia de Vidago, em Vidago, em nome de Antero Magalhães Rodrigues. -----

O requerente através do requerimento n.º 355/09 - proc.º n.º 3/09 - apresenta a requerente, Sra. Vicença Rosa Branco Rodrigues, projecto de arquitectura com vista a adaptação da Pensão Primavera para unidade hoteleira de 3 estrelas, face à nova legislação em vigor, tendo solicitado a anulação do processo através do requerimento n.º 2734/09. -----

Localização -----
 A edificação localiza-se na Av. Conde Caria, Freguesia de Vidago, em Vidago, município de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----
 -Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, e na Categoria 1.2- Vila de Vidago. -----
 Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública sobre o terreno em causa. -----

Análise da Pretensão -----
 Através do requerimento n.º 2735/09, o requerente apresenta projecto de arquitectura/alterações aos alvarás de construção acima referidos, no qual propõe a reformulação e sua requalificação numa unidade hoteleira de 3 estrelas. -----

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º1 do art.º 4¹³ do Dec-Lei n.º 39/08 trata-se de um estabelecimento hoteleiro, classificado como Hotel, face ao preceituado na alínea a) do n.º2 do art.º 11¹⁴ do referido Diploma Legal. -----

Nestes termos, compete ao Turismo de Portugal I.P. emitir competente parecer, em conformidade o disposto no n.º1 do art.º 21¹⁵ do Dec-Lei n.º 39/08. -----

¹³ Artigo 4.º Tipologias de empreendimentos turísticos -----
 1 - Os empreendimentos turísticos podem ser integrados num dos seguintes tipos: -----

a) Estabelecimentos hoteleiros; -----
¹⁴ Artigo 11.º Noção de estabelecimento hoteleiro -----
 2 - Os estabelecimentos hoteleiros podem ser classificados nos seguintes grupos: -----
 a) Hotéis; -----

¹⁵ Artigo 21.º Competências do Turismo de Portugal, I. P. -----
 1 - Compete ao Turismo de Portugal, I. P., exercer as competências especialmente previstas no presente decreto-lei relativamente aos empreendimentos turísticos referidos nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 4.º e na alínea c) do n.º 3 do artigo 18.º -----

Assim, solicitou-se parecer ao Turismo de Portugal I.P., Delegação de Saúde, os quais emitiram parecer favorável conforme consta em anexo. -----

A Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) emite parecer favorável/ condicionado à apresentação de projecto de especialidade/segurança que cumpra a legislação em vigor. -----

De acordo com as licenças de construção emitidas possui o requerente uma área de construção de 1.482,6 m², sendo constituído por cave, r/c e andar, bem como salão de apoio à pensão de 518,4 m² de área, o que totaliza uma área edificada de 2.001,0 m². -----

O documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial - registo n.º 924/20090612, refere prédio misto (urbano e rústico) com área de 5.243,74 m² -----

O projecto de arquitectura agora apresentado propõe a reformulação e sua requalificação numa unidade hoteleira de 3 estrelas com ampliação de área de 703,73 m², perfazendo na totalidade 2.704,73 m². A ampliação proposta respeita o índice proposto para o local, bem como a legislação em vigor. -----

Proposta de Decisão -----

O projecto de arquitectura está instruído de acordo com o disposto no n.º 1 e 2 do art.º 20¹⁶ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07, pelo que se propõe a aprovação do projecto de arquitectura/alterações referente à reformulação/ampliação e sua requalificação numa unidade hoteleira de 3 estrelas. -----

Em conformidade com o disposto no n.º 4¹⁷ do art.º 20 do diploma legal acima referido, o requerente dispõe do prazo de seis meses para apresentação dos projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º 5¹⁸ do ponto 11, da Portaria 232/08: -----

¹⁶ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----

1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

2 - Para os efeitos do número anterior, a apreciação da inserção urbana das edificações é efectuada na perspectiva formal e funcional, tendo em atenção o edificado existente, bem como o espaço público envolvente e as infra - estruturas existentes e previstas. -

¹⁷ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

¹⁸ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

- a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----
- b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, devidamente aprovado pela entidade competente, ou sua isenção; -----
- c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- d) Projecto de águas pluviais; -----
- e) Projecto de arranjos exteriores, com os lugares de estacionamento etc; -----
- f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- g) Certificação energética; -----
- i) Projecto de segurança contra incêndios; -----
- j) Projecto acústico devidamente aprovado por empresa credenciada para o efeito -----

Aquando do início dos trabalhos, no prazo de 60 dias, fica o requerente sujeito à apresentação de projecto de execução de arquitectura e especialidades, conforme o preceituado no n.º4 do art.º 80¹⁹ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07, dado que se trata de uma construção sujeita a licenciamento em área não abrangida por operação de loteamento. ----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----
À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.29 -----

Considerando a urgência evidenciada pela requerente na aprovação do Projecto em causa e associada à instrução da candidatura do empreendimento à obtenção de fundos públicos; -----
Considerando que o prazo limite para a formalização de tal candidatura termina na data de hoje, não sendo, por isso, possível convocar uma reunião extraordinária do executivo; -----
Considerando, assim, que estão reunidos os pressupostos legais para adopção da figura da ratificação, prevista no n.º. 3, do Artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações determino: -----

- a) Aprovação dos projectos de Arquitectura de acordo com a informação técnica; -----

- b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -
- c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- d) Projecto de águas pluviais; -----
- e) Projecto de arranjos exteriores; -----
- f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- g) Estudo de comportamento térmico; -----
- h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----
- i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----
- j) Projecto acústico. -----

¹⁹SECÇÃO I Início dos trabalhos -----

Artigo 80.º Início dos trabalhos -----

4 – No prazo de 60 dias a contar do início dos trabalhos relativos às operações urbanísticas referidas nas alíneas c) a e) do n.º 2 do artigo 4.º deve o promotor da obra apresentar na câmara municipal cópia do projecto de execução de arquitectura e de engenharia das especialidades. -----

b) Ratificação do meu despacho praticado em 2010.01.29. -----
À próxima reunião de câmara, ao abrigo do disposto no artigo 83º, da
Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,
ratificar o despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr.
João Batista, em 29 de Janeiro último. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a
forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da
Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista
à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a
reunião quando eram dezasseis horas, para constar se lavrou a
presente acta, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou
assinar, junto do Presidente. -----
